



A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Regime Militar de 1964: Alianças e Ambivalências

The Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family and Property (TFP) and the 1964 Military Regime: Alliances and Ambivalences

Rodrigo Coppe Caldeira*

Víctor Almeida Gama**

Resumo

Este artigo explora a relação entre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e a ditadura militar brasileira de 1964. A análise revela como o anticomunismo serviu de elo unificador entre a TFP e a ditadura, destacando o papel da organização na criação de um clima favorável ao golpe civil-militar e suas subsequentes atividades de suporte ao regime. O trabalho também discute a dinâmica ambivalente entre a TFP e o governo militar, caracterizada por momentos de colaboração e vigilância mútua, e a mudança do posicionamento da TFP após o fim do regime. As fontes incluem documentos da própria Sociedade, arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI)¹ e publicações contemporâneas.

Palavras-chave: Anticomunismo. Ditadura Militar. TFP (Tradição Família Propriedade). Golpe de 1964. Repressão Política.

Abstract

The paper explores the relationship between the Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family, and Property (TFP) and the 1964 Brazilian military dictatorship, focusing on how anti-communism served as a unifying link between both. The analysis highlights TFP's role in fostering a climate supportive of the civil-military coup and its subsequent activities in backing the regime. It also examines the ambivalent dynamics between the TFP and the military government, characterized by moments of collaboration and mutual surveillance, and traces the TFP's evolution after the end of the dictatorship. Sources include TFP documents, National Intelligence Service (SNI) archives, and contemporary publications.

Keywords: Anti-communism. Military dictatorship. TFP (Tradition Family Property). Brazilian 1964 coup. Political Repression.

Artigo submetido em 12 de agosto de 2024 e aprovado em 13 de novembro de 2024.

* Doutor em Ciências da Religião e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas (PPGCR). Atualmente é o coordenador do PPGCR e Chefe do Departamento de Ciências da Religião. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-5219-5140. E-mail: rodrigocoppe@me.com.

** Doutor em Ciências da Religião e professor do Seminário Arquidiocesano de Diamantina. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-9052-0231. E-mail: victoralmeidagama@hotmail.com.

¹ O acervo do Serviço Nacional de Informações registra as atividades de espionagem, vigilância e controle dos aparatos do Estado durante a ditadura. O acervo, armazenado no Arquivo Nacional, é parcialmente público e disponível no site do Arquivo.

Introdução

Entre as muitas organizações da sociedade civil que apoiaram o golpe civil-militar de 1964, o elemento unificador foi o enraizado anticomunismo na tessitura social brasileira, que fazendo parte do cotidiano político nacional, foi alimentado em parte por movimentos católicos² (Souza, 2012; Motta, 2021; Gama, 2024). Dentre esses movimentos, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) aparece como um dos principais.

Na produção historiográfica especializada na temática da ditadura militar brasileira, a TFP surge como uma organização de suporte do novo regime. Picinatto e Andrade (2007, p. 8) afirmam que, no período da ditadura, a TFP conheceu seu momento de maior destaque. Para Neves (2009, p. 128), a TFP teria encontrado um período de declínio com o fim do período militar, demonstrando assim que a ascensão e queda de seu protagonismo na cena política se deram em razão da proximidade ideológica com o regime. A decadência que experimenta ao fim da ditadura, entretanto, se acentuaria com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria no final da década de 1980, que obrigaria a TFP a rever seu próprio anticomunismo e se renovar para permanecer como agente protagonista no cenário dos embates políticos brasileiros (Caldeira; Gama, 2024).

Para Gizele Zanotto (2012, p. 156), o movimento incluía como recurso de atuação não só as polêmicas apaixonadas, que exploravam estrategicamente, mas até denúncias de subversão e súplicas aos poderes policiais por mais repressão. No relatório final da Comissão da Verdade (2014, p. 238), a TFP é mencionada como um dos movimentos de extrema-direita, supostamente ligado a atos de terror, como atentados na região metropolitana do Rio de Janeiro. Um possível membro, Hélio Ribeiro, teria cedido os fornos de sua usina Cambahyba em Campos dos Goytacazes (RJ) para a incineração de corpos de desaparecidos políticos (Rio de Janeiro, 2015, p. 70).

As fontes documentais produzidas pela própria organização, bem como aquelas do Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão criado na repressão pelo

² A TFP e os movimentos do laicato católico aqui mencionados, são entendidos como católicos por serem grupos de pressão confessionais identificados com o catolicismo, não tendo, porém, nenhuma vinculação institucional com a Igreja Católica.

general Golbery do Couto e Silva, teórico da doutrina da segurança nacional³, revelam mais que a mera conformação amigo-inimigo no sentido elaborado pelo cientista político alemão Carl Schmitt (2009). As zonas cinzentas também fazem parte do jogo político, revelando que a dicotomia schmittiana de amigo e inimigo é insuficiente para capturar a complexidade das relações. O amigo pode se tornar um inimigo em um contexto de repressão, enquanto aqueles que são apenas tolerados podem ser rotulados de acordo com o esquema político que prevalece no momento.

O artigo visa realizar uma primeira aproximação das fontes do SNI, partindo da problematização de como o regime militar brasileiro compreendia o lugar e o papel da TFP no contexto em que lutava contra ideias e movimentos de esquerda no país. Para tanto, foi realizada pesquisa nos arquivos digitais do Serviço Nacional de Informação, buscando os documentos que fizessem referência à Associação e quais imagens eram transmitidas por eles. Entendeu-se, nas conclusões preliminares, que o regime exercia uma espécie de tolerância vigiada à TFP, demonstrando comportamento ambivalente frente à associação.

1 A TFP, a reforma agrária e o Golpe civil-militar de 1964

Há na história da TFP durante o período da ditadura uma clara movimentação que vai de apoio discreto à distância estratégica do regime, passando pela crítica aberta a alguns pontos como a proposta do Estatuto da Terra do general Geisel de 1964. Do lado do regime, também há uma ambivalência em sua relação ao movimento tefepista. De organização de eventos em conjunto, o regime passa a monitorar de forma rigorosa as atividades tefepistas.

Um documento produzido pela TFP, sem datação, denominado “TFP e a Revolução de 64”, destinado a “um distinto intelectual de projeção nos meios políticos e sociais de São Paulo” (TFP s/d), reconhece que a organização recém-fundada teve um papel importante na criação do clima favorável ao golpe. Isto

³ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi uma ideologia política e militar, elaborada pelo general Golbery do Couto e Silva, que orientou o governo brasileiro no período da ditadura civil-militar iniciada em 1964, bem como as Forças Armadas. Essa doutrina partia do princípio de que a principal ameaça à estabilidade política brasileira não vinha de inimigos externos, mas sim de inimigos internos que, na visão militar, estavam associados a movimentos de esquerda, comunistas e subversivos.

porque, no ano de 1960, Plínio Corrêa de Oliveira, seu principal fundador e líder, em companhia do economista Luiz Mendonça de Freitas e dos bispos Antônio de Castro Mayer (Diocese de Campos dos Goytacazes – RJ) e Geraldo de Proença Sigaud (Arquidiocese de Diamantina – MG), publicaram a obra *Reforma Agrária: Questão de Consciência* (1960). O livro, que se apoiava em argumentos religiosos e sobretudo econômicos, era uma resposta às movimentações das Ligas Camponesas⁴, movimento que antecedeu as rupturas democráticas em 1964 e ganhou corpo sobretudo entre o final da década de 1950 e início de 1960, inspirado pelos ideais difundidos pelo Partido Comunista, e que iniciaram um projeto de luta pela terra. A origem dessa mobilização está no cenário em que:

[...] os foreiros do Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão (PE) decidiram criar uma associação de ajuda mútua de forma que pudessem de maneira solidária socorrer uns aos outros nos momentos de necessidade. Dessa forma, acreditavam que poderiam melhor enfrentar problemas como o atraso no pagamento do foro e até o enterro dos seus mortos, que então era realizado num caixão coletivo cedido pela Prefeitura – este, depois de utilizado, tinha de ser novamente devolvido (Montenegro, 2004, p. 394)

Para Plínio, o problema fundamental das reivindicações de reforma agrária no período estava no fato de que eram reivindicadas pelo homem do campo representado pelas Ligas Camponesas e não por representantes de um pensamento liberal, como até então tinha sido registrado (Maia; Oliveira 2017, p. 47). A terra parece ser, no ideário pliniano, uma concessão divina às elites políticas que, preservando certas estruturas feudais, concederiam o direito de cultivo da terra aos mais pobres. O anti-igualitarismo tefepista pensa a sociedade organizada em classes estanques com direitos, bens e deveres estabelecidos por Deus. Qualquer inversão nesta ordem sagrada constituiria um atentado contra as leis divinas que decretaram os homens desiguais.

O documento da TFP afirma que,

Diante deste clima psicológico a grande maioria conservadora da população se manifestava entre cética e aturdida. O perigo parecia tão artificial que ela ainda não se sentia chamada à ação. E de outro lado o tufão já soprava tão forte que não sabendo como resistir ela se deixava arrastar à *la derive* (TFP p. 7 s/d).

⁴ As Ligas Camponesas foram movimentos sociais de trabalhadores rurais no Brasil, que surgiram na década de 1950, inicialmente em Pernambuco, para lutar por melhores condições de vida, direitos trabalhistas e reforma agrária. Lideradas por figuras como Francisco Julião, as ligas mobilizaram milhares de camponeses. Foram desmanteladas pelo golpe militar de 1964, que reprimiu suas lideranças e atividades.

Este é o argumento que justificaria, na narrativa tefepista, sua ação de divulgação da obra. No livro, o argumento religioso, até então preponderante no discurso da TFP, é amenizado em favor de alegações meramente econômicas ou políticas. Composto de duas partes e um suplemento, na primeira delas dedica-se a tratar do aspecto religioso. O que poderia parecer uma proeminência diante dos demais argumentos, na verdade, ocupa a menor parte, tão somente as 55 primeiras páginas. Os subtítulos deixam claro que o argumento religioso é subjacente, mas que o aspecto político permanece privilegiado.

Ainda nesta primeira parte, é possível perceber como o comunismo é compreendido como uma entidade com múltiplas facetas: ele falsearia a questão agrária no Brasil; seria incompatível com a propriedade e a família; antagonizaria com a Igreja; que prejudicaria a agropecuária e violaria os princípios da justiça.

Além da publicação do livro, que rapidamente tornou-se um *best-seller*, a TFP participaria da Marcha pela Família com Deus pela Liberdade em 1964, “alegres por terem dado um peculiar contributo para a criação desse clima ideológico e psicológico que se traduziu em tais manifestações de patriótico inconformismo” (Campos Filho 1980, p. 122). A aprovação iria mais além, como se percebe em um artigo publicado no jornal "Catolicismo", órgão oficioso do movimento, em que saúda os novos dirigentes do país:

Catolicismo se apraz em saudar de público as Autoridades constituídas no País em consequência da queda de Jango Goulart e da eleição de novo Presidente da República. De modo especial apresenta suas homenagens ao ilustre cabo de guerra Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco sobre cujos ombros pesa a grave e nobre responsabilidade de levar a termo a tarefa do expurgo anticomunista e a reorganização do País em bases lidimamente cristãs. Que Nossa Senhora Aparecida Rainha do Brasil o favoreça notadamente com as graças de sagacidade e de força necessárias para bem separar o joio do trigo com vistas à grandeza genuína e cristã da Terra de Santa Cruz (Catolicismo, 1964, p. 8).

Concretamente, a TFP aproxima-se do regime de alguma forma e assim experimentava um processo de ascensão no cenário político brasileiro.

2 A TFP e o Golpe de 1964

A ideia de que a ameaça expansionista soviética, através de ações de guerrilhas armadas, rondava o Brasil, motivava as ações autoritárias da ditadura,

sendo endossadas pela TFP. Assim, pensá-la como uma das instituições geradoras de um clima propício ao golpe é uma hipótese plausível não apenas com a própria narrativa tefepista, mas com a própria historiografia do regime.

A TFP atendia assim às expectativas de importante parcela da população brasileira centrada no binômio segurança-prosperidade, binômio este que acolhia tanto o centro como a direita. Ela passa a operar como verbalizadora desses setores, englobando católicos conservadores, indivíduos sensíveis ao discurso liberal e latifundiários anticomunistas. O apoio da TFP às ações repressivas não se limitou ao caso brasileiro. No Chile, onde a TFP mantinha uma sucursal, apoiava inclusive as operações de coibição de ações subversivas, até mesmo aquelas atribuídas a integrantes da Igreja Católica. Assim diz uma publicação da Igreja local, a "Pastoral Popular":

Pero aquí tampoco podemos engañarnos. Junto a la campaña burda del Gobierno militar se da también la otra más inteligente y documentada. És la que lleva abiertamente grupos de la derecha tradicionalista como la TFP y más sutilmente los medios de comunicación masiva: diarios y televisión. Aquí no se busca descalificar a la Iglesia sino depurarla. No se ataca a toda la Iglesia sino a sus sectores más cercanos a la vida y los intereses de las mayorías populares: Comunidades de base, sacerdotes de poblaciones, Vicarías zonales (Pastoral Popular, 1984, p. 3).

Para a TFP, a existência de uma ditadura com forte aparato de repressão não constituía em si mesma uma violação às doutrinas católicas. Não haveria entre ditadura e a mundivisão cristã uma oposição essencial, justificando sua posição:

Ela (a ditadura) será uma ou outra coisa em função das circunstâncias de que se originou e da obra que realizar. E isto quer esteja em mãos de um homem quer de um grupo. Há circunstâncias que exigem para a *salus populi* uma suspensão provisória de todos os direitos individuais e o exercício mais amplo do poder público. A ditadura pode, portanto, ser legítima em certos casos (Oliveira, 1988, p. 34).

Nessa visão quase schmittiana sobre o estado de exceção, revela-se a permanência do pensamento autoritário formado a partir daquele painel de ideias que englobavam desde Azevedo Amaral (1881-1942) e Francisco Campos (1891-1968) a Jackson de Figueiredo (1891-1928), como tantos outros que influíram sobre as direitas católicas nacionais na primeira metade do século XX.

O apoio ao regime, portanto, pode ser pensado como uma reação natural

imediate da TFP naquele 1964. A aproximação ao regime, no entanto, não se encerra ali. Ela é perceptível, sobretudo, a partir de dois episódios. O primeiro, em 1966: uma conferência realizada pelo líder da TFP a militares, com a presença do general Ednardo d'Ávila Melo, Comandante da Segunda Divisão de Infantaria, e o Coronel Rubens Fleury Varela, Chefe do Estado Maior de Segunda Divisão de Infantaria. A conferência teria sido feita a pedido dos próprios militares, a fim de explorar a concepção tefepista de ameaça comunista. Diz Plínio:

É com extrema satisfação que a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade acolhe neste momento a Vossa Excelência e as Vossas Senhorias para a exposição dos objetivos que ela tem, exposição esta que, segundo eu entendi pelo convite que me foi feito, deveria tomar como ponto de referência principal a atuação desta sociedade face ao problema comunista. E como é esse o ponto de referência mais importante, eu permitiria de começar exatamente desenvolvendo algumas concepções que esta sociedade tem a respeito do problema comunista ou do perigo comunista, do modo pelo qual ele é realmente um perigo e do modo pelo qual ele pode ser conjurado. Para depois então, em função disto, mostrar como se desenvolve a atuação da sociedade (Oliveira, 1966, p. 1).

A forma como a conferência se desenvolve demonstra que a TFP se sente à vontade para assumir o tom sugestivo, dando indicações teóricas para ação de contenção da ameaça do comunismo terrorista, assim encarado pela TFP, e justificando o modo de ação adotado pela organização a partir da década de 1960 com suas campanhas públicas de penetração ideológica:

Nós afirmamos por outro lado também que o comunismo é substancialmente uma ideologia. E que enquanto ideologia, enquanto sistema doutrinário, ele se difunde por argumentos próprios. E tem o poder inerente da ideia e da argumentação. Portanto, é preciso uma ação de caráter ideológico também para contrastar e para deter a ação comunista (Oliveira, 1966, p. 2).

A conferência parece revelar uma proximidade. Não foram encontrados outros documentos nos quais se trata mais pormenorizadamente do pedido dos militares, mas a relação entre eles e a TFP não se encerra nesta conferência. Maud Chirio (Chirio 2012, p. 121) afirma que a TFP foi importante para a virada religiosa e moralista do anticomunismo militar, que a partir do final da década de 1960 vê como opositores a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a esquerda católica. Em 1968, dois anos após a conferência aos militares, o arcebispo de Diamantina, dom Geraldo de Proença Sigaud, ainda ligado ao movimento tefepista do qual se desligará no ano seguinte, é convidado pelo general Lyra

Tavares, muito relacionado à direita católica da época, especialmente a José Pedro Galvão de Sousa, a proferir conferência sobre “doutrina social da Igreja e a guerra revolucionária” (Chirio, 2012, p. 19-20).

A aproximação inicial entre TFP e os militares teria se dado porque estimular o clima anticomunista seria, conseqüentemente, apontar em direção à TFP, que passava a dominar o tema do anticomunismo no catolicismo brasileiro. Em uma conferência do ano de 1965, Plínio menciona o fato de que o jornalista João de Scantimburgo⁵ teria dito que a única força capaz de opor resistência ao comunismo no Brasil seria a TFP. Embora reconheça que do ponto de vista numérico e estratégico a TFP seria incapaz de tal feito, considera que:

O comunismo, se tomasse conta do poder, tomaria por pouco tempo e, ele tomando por pouco tempo conta do poder, o que é que aconteceria? Quando o comunismo caísse, a força mais prestigiada com isso seria a TFP. Por quê? Porque toda a opinião pública teria reagido num sentido anticomunista e, reagindo num sentido anticomunista, se tornaria muito mais compreensiva para as posições ditas reacionárias da TFP e muitíssima gente que considera a TFP com indiferença ou até com uma parte de hostilidade por achar que ela é reacionária neste momento veria nela uma bandeira, veria nela um apoio contra o perigo tremendo que as instituições teriam corrido. E assim como em 1937 o povo afluiu para Plínio Salgado porque via nele um anteparo ao comunismo, assim em 1966 ou 1967 o povo afluiria para a TFP que ocupa hoje taticamente uma posição parecida [com a] que ocupava o integralismo naquela época, quer dizer, hoje nós somos uma minoria conhecidamente minoritária, mas que todo o mundo sabe que é a única força inteiramente anticomunista do Brasil (Oliveira, 1965, p. 2).

É possível, portanto, pensar numa relação de mutualidade entre a ditadura e os movimentos da direita católica atuantes no período, isto é, o movimento paulista *Hora Presente*, o carioca *Permanência* (Paula, 2015; Souza, 2012) e o objeto de nossa análise, a TFP. E pensar que a associação teve a capacidade de sacralizar tudo o que de certa forma alinhava-se com o seu objetivo de representar o comunismo como o grande mal do tempo em que vivia. Ao chamar o golpe de 1964 de salvador do país (Oliveira, 1966), endossava a ideia de que a nação vivia um caos político, uma ameaça comunista iminente e a necessidade da intervenção das forças militares.

Ao oferecer conferências aos militares, dom Geraldo de Proença Sigaud

⁵ João de Scantimburgo (1915-2013) Jornalista, membro da Academia Paulista de Letras, monarquista e importante nome da direita católica do período.

demonstra uma aprovação no mínimo tácita ao regime e uma comunicação ativa entre regime e TFP. Estabelece com ele relações de amizade que se materializarão, primeiro, na contribuição recebida através do Ministério da Aeronáutica com passagens aéreas para que pudesse participar no Concílio Vaticano II em 1965, com o objetivo de organizar os trabalhos das forças conservadoras no *Coetus Internationalis Patrum* (Caldeira, 2011), bem como os membros da TFP que o auxiliaram nesta empreitada (Cowan, 2017; Caldeira, 2016). Isso demonstra um interesse do regime em domesticar as forças conservadoras católicas a seu serviço e uma atenção em acompanhar as movimentações de renovação no interior do catolicismo, força que naquele momento o servia através do apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. No entanto, o arcebispo de Diamantina concederia sua aprovação à proposta de reforma agrária do Estatuto da Terra (1964), um dos motivos de sua posterior dissociação da proposta anti-agroreformista da TFP.

3 A Atuação da TFP durante a Ditadura

A TFP se compreenderá como peça fundamental aos propósitos do golpe. Compreende-se como uma barreira fundamental a um possível golpe comunista, como afirma seu fundador e líder:

Então a presença da TFP no tabuleiro político, no tabuleiro ideológico-político do País, não no político propriamente dito, mas no ideológico-político do País, a presença da TFP nesse tabuleiro tem como consequência que as forças secretas mais do que nunca não podem desejar uma vitória efêmera do comunismo, devem recusar essa vitória efêmera. E que por causa disto nós somos um fator que constitui uma garantia de que esse golpe não se dê. Então, dado o golpe, certamente nós não poderíamos nada fazer para acabar com o poder que aliás seria efêmero, mas passado o golpe, nós seríamos muito fortes e por causa disto nós somos um fator para prevenir o golpe. O golpe indesejável pelas forças secretas por causa de nossa presença no tabuleiro ideológico-político. Este é então o primeiro sentido em que a TFP é uma força anticomunista no Brasil (Oliveira, 1965, p. 3-4)

Ademais, a relação entre a TFP e a ditadura caracterizou-se por uma dinâmica de trocas mútuas. De um lado, a TFP contribui para a construção do imaginário de um comunismo inimigo de Deus, da religião, da família e da ordem. Por outro lado, beneficiava-se do clima ideológico promovido pela ditadura, que reforçava a visão do comunismo como uma força organizada primordialmente em grupos de militância armada e de tendência terrorista. Sem abandonar a ideia de

que o comunismo almejava utilizar a reforma agrária como porta de entrada, mas insistindo no argumento da reforma agrária confiscatória, a TFP publicou ao longo do período várias obras, como "Sou Católico: Posso Ser Contra a Reforma Agrária?" (1981); "A Propriedade Privada e a Livre Iniciativa no Tufão Agro-Reformista" (1985), de Plínio Corrêa de Oliveira; e "Reforma Agrária: 'Terra Prometida' Favela Rural ou 'Kolkozoes'?", de autoria do militante Atilio Faoro (1987).

Um episódio importante vai colaborar com essa formação de imaginário anticomunista tefepista, que agora encara os movimentos de guerrilha urbanos como ameaças fundamentais, acompanhando as tendências propostas pelo regime. Em 20 de junho de 1969, uma das principais sedes da TFP, localizada na rua Martim Francisco em São Paulo, foi atacada com um artefato explosivo, feito atribuído aos grupos comunistas por ser às vésperas de uma das muitas campanhas organizadas pela entidade contra os movimentos de esquerda. A autoria é atribuída por mera convicção.

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 25 de junho daquele ano, Plínio Corrêa de Oliveira reconhece naquele episódio as mãos de comunistas insatisfeitos com os êxitos das campanhas tefepistas, mas sem concretamente oferecer nenhuma outra informação que pudesse identificar os autores (Oliveira, 1969).

O artigo indica os novos rumos do anticomunismo tefepista ao afirmar que aquela bomba era um reflexo do avanço da resistência operada pela TFP. Na lógica exposta, a manifestação de insatisfação da população, demonstrada pelos abaixo-assinados engendrados pela TFP, um contra o divórcio, outro pedindo providências ao Papa Paulo VI contra a infiltração comunista na Igreja, resultava em ações de retaliação violentas:

Se estás entre estes sentenciados não é verdade que os que jogaram esta bomba contra nós quiseram acovardar-te (sic) a ti? E supondo-te capaz de um acovardamento de tua consciência não é verdade que feriram tua dignidade cristã... à espera do momento em que te firam nos bens e na vida? (Oliveira, 1969).

Outros episódios ajudaram a consolidar no imaginário anticomunista tefepista a ideia de que a ameaça de retaliações violentas por parte de guerrilhas

urbanas era iminente, especialmente contra a organização. Em 4 de outubro de 1968, a sede da TFP argentina foi alvejada com 11 disparos de arma de fogo, após um conflito entre militantes tefepistas e descontentes com o objeto de sua campanha nas ruas de Buenos Aires, o que foi igualmente atribuído ao sucesso da mesma campanha de abaixo-assinados pedindo ao Papa Paulo VI o combate à infiltração comunista na Igreja. Enquanto alguns militantes voltavam da igreja à sede da organização, foram surpreendidos por duas pessoas que sacaram armas, ameaçando os militantes e, em seguida, fazendo os disparos. Recorda-se também que 1971, foi sequestrado no Uruguai pelo Exército de Libertação Nacional, conhecidos como Tupamaros, o cônsul Aloísio Gomide, que mantinha uma relação de amizade com a TFP (Oliveira, 1971).

4 A TFP e a repressão

Embora a TFP tenha se alinhado aos objetivos políticos da repressão, sintonizando-se com a proposta de perseguição aos grupos armados e trocando influências com o regime, sobretudo através da figura de dom Geraldo de Proença Sigaud nos anos iniciais da ditadura, a partir da década de 1970, a TFP passa a ser insistentemente monitorada em suas atividades. Seu modo de atuação, que passa a ser de incisiva presença nos espaços públicos, dominando as discussões políticas no espectro à direita, parece ter incomodado o regime.

Uma das primeiras atividades da ditadura militar foi precisamente a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 13 de junho de 1964, pelo general Golbery do Couto e Silva, estrategista do regime e um dos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional (Samways, 2014). O SNI, que monitorava simpáticos e inimigos do regime, promoveu uma ampla monitoração sobre os movimentos da direita católica, de modo especial sobre a TFP, organização que reúne o maior número de relatórios nos arquivos.⁶ São relatórios de atividades, pedidos de informação e descrição de colaboradores que apontam para o fato de que, embora houvesse uma aproximação ideológica entre a TFP e a ditadura, a relação que se estabelecia era a de uma tolerância vigilante.

⁶ Enquanto outras organizações e figuras importantes da direita católica do período apresentam um número relativamente baixo de registros, como, por exemplo, o bispo de Campos dos Goytacazes, com aproximadamente 30 registros, a TFP possui centenas de documentos. Estes variam desde simples anotações sobre a passagem de caravanas de divulgação de livros até relatórios detalhados sobre o financiamento e as questões judiciais da entidade.

Uma questão relevante a ser investigada é o momento em que o regime iniciou o monitoramento das atividades tefepistas. A análise das repercussões na imprensa sobre a discussão parlamentar do Estatuto da Terra, em 1964, revela frequentes menções à TFP e à sua posição contrária. Esses registros indicam que, desde o início do período de ditadura militar, as ações da TFP estavam sob vigilância (SNI, 1964).

Para o regime, a TFP passa a ser um problema de segurança nacional, mas contra o qual um aberto confronto político, ainda que no campo das ideias, seria desvantajoso, já que a Associação fazia um trabalho de denúncias das atividades entendidas como subversivas. Nesta circunstância muito específica de relacionamento, a TFP era um inimigo que a máquina burocrática militar não desejava combater.

Os documentos do SNI revelam que o regime dedicava atenção especial aos movimentos que disputavam a liderança do sentimento anticomunista nacional. Além disso, demonstram o interesse do regime em dominar a interpretação hegemônica sobre a memória coletiva tanto do "perigo comunista" quanto do longo período da ditadura. Em comparação com outras figuras importantes da direita católica, como Gustavo Corção e José Pedro Galvão de Sousa, e seus respectivos movimentos, a TFP apresenta um número significativamente maior de registros. Uma possível hipótese é que o caráter internacional da TFP, ao contrário dos movimentos Permanência e Hora Presente, pode ter contribuído para o elevado número de registros pela vigilância do Estado.

É o que se nota, por exemplo, no dossiê produzido pelo SNI em 1975, respondendo a um pedido de informações do Ministério da Justiça acerca do episódio marcante na história da TFP em que ela foi denunciada como um grupo paramilitar em razão de seus exercícios militares denominados de "itaqueras", em alusão ao lugar onde ocorriam. O dossiê, que revela a vigilância do órgão sobre as atividades tefepistas, considera exageradas as denúncias. Diz o documento:

As investidas que têm sido feitas contra a organização não vinham até o presente colocando em risco a sua existência. Entretanto, nos últimos dias desencadeou-se a partir do ES uma campanha que já pode ser

considerada de âmbito nacional, com destaque para as Assembléias Legislativas de PORTO ALEGRE, FORTALEZA e RECIFE. Nela têm-se engajado deputados e vereadores da ARENA e do MDB, uns aproveitando a oportunidade para aparecer e outros visando atingi-la por ser uma entidade anticomunista (SNI, 1975, p. 6).

O documento continua afirmando que a TFP seria o ponto de partida de um processo desencadeado que visaria atingir todas as organizações de caráter anticomunistas e conclui com o exposto pedido para obstaculizar a investigação:

Em face do exposto, julga esta AC/SNI ser oportuna uma ação na área política através do Ministério da Justiça e da bancada da ARENA no sentido de obstar o prosseguimento da campanha e que seja também realizada uma investigação sigilosa por conta da DSI/MJ que levante em todos os detalhes as fontes de recursos, apesar de a sociedade publicar os seus balancetes e as atividades da TFP, o que aliás é desejo da própria entidade (SNI, 1975, p. 8).

Inferre-se do trecho que a TFP possuía não um status de alta consideração nos meios de liderança do governo militar, mas na medida em que seu anticomunismo colaborava para a criação do clima de tensão pré-golpe e para a persistência de uma atmosfera anticomunista, ela recebia amparo para suas atividades, ao mesmo tempo uma vigilância sobre seu repertório de ações.

5 Declínio e Adaptação da TFP

A oposição anticomunista de Plínio e da TFP adapta-se, portanto, a condições diversas, conseguindo extrair até mesmo de contextos políticos turbulentos, como é o caso da ditadura militar de 1964, condições favoráveis para sua disseminação. Um modelo de anticomunismo guarnecido de elementos religiosos, em pleno apogeu da Guerra Fria, talvez não exercesse tanta atração quanto em outros tempos, mas a TFP alcançava, através da modulação de seu discurso e da evidenciação ou ocultamento de seu substrato religioso, segundo as circunstâncias, penetrar com relativa facilidade na opinião pública (Gama, 2024).

A TFP experimenta um período de declínio com o fim da ditadura, conforme destacado por Filipe Francisco Neves (2009, p. 128), demonstrando que a ascensão e queda de seu protagonismo na cena política se deu em razão da proximidade ideológica com o regime. A decadência que experimenta ao fim da ditadura se acentua com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, que obrigam a TFP a rever seu próprio anticomunismo e se renovar para permanecer como agente no campo político (Caldeira; Gama, 2024).

A Associação, ao se adaptar às novas realidades políticas e sociais, passa a abordar outros temas que não apenas o anticomunismo, visando manter sua relevância. Publicações posteriores à ditadura mostram um foco em questões como a reforma agrária e a crítica ao divórcio, mantendo sempre uma linha conservadora e tradicionalista.

Conclusão

A análise da relação entre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o regime militar de 1964 revela um quadro complexo de alianças e ambivalências. Inicialmente, a TFP apoiou o golpe e colaborou na construção de um clima favorável à ditadura, utilizando o anticomunismo como principal argumento. Durante a ditadura, a TFP atuou como aliada do regime, mas também enfrentou vigilância e restrições, evidenciando uma relação ambivalente com o governo militar.

Com o fim da ditadura, a TFP enfrentou um período de declínio, mas conseguiu se adaptar às novas condições políticas, reformulando seu discurso para manter sua relevância no cenário político brasileiro. A análise dos documentos e das ações da TFP durante este período oferece uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e das estratégias utilizadas por movimentos conservadores em contextos autoritários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

CALDEIRA, R. Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II.** Curitiba, CRV, 2011.

CALDEIRA, R. Coppe. D. Geraldo de Proença Sigaud e as direitas católicas contra as inovações do Concílio Vaticano II. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, v. 1, p. 5-20, 2016.

CALDEIRA, R. Coppe; GAMA, Víctor Almeida. A TFP e a sua visão sobre o comunismo no contexto das pautas morais contemporâneas: novas facetas do anticomunismo católico. In: PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima; PIMENTA, Everton Fernando. **Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise.** São Luís: EDUFMA, 2024.

CATOLICISMO. **A revolução anticomunista: glória do povo brasileiro**. Jornal Catolicismo, Campos dos Goytacazes, maio de 1964. Editorial. Disponível em: <http://catolicismo.com.br/acervo/num/0161/PO8.html>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

COWAN, Benjamin. **Ditadura bancou conservadores contra modernização da Igreja**. 2017. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/570609-ditadura-bancou-conservadores-contra-modernizacao-da-igreja>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FAORO, Atílio. **Reforma agrária: ‘terra prometida’, favela rural ou ‘kolkozoes’?** São Paulo: Editora Vera Cruz, 1987.

FILHO, Abel Campos. **Meio século de epopeia anticomunista**. São Paulo: Artpress, 1980.

GAMA, Víctor Almeida. **Os ardis da seita comunista: a construção das representações religiosas no anticomunismo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)**. 2024. 253f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2024.

MAIA, Gretha Leite; OLIVEIRA, Leticia Fernandes. Três décadas depois: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o debate (inconcluso) da reforma agrária no Brasil. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, vol. 13, n. 2, p. 41-61, Mai-Ago. 2017.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 29, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Niterói: Eduff, 2020.

NEVES, Filipe Francisco. **Cruzados do século XX: o movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP): origens, doutrinas e práticas (1960-1970)**. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p.158, 2010.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Et alii. **Reforma agrária: questão de consciência**. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Aos militares, sobre o problema do comunismo**. Reunião Extra, 07/10/1966.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **No local do atentado surge um oratório**. 1969. Catolicismo. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/GES_198906_20anosdoOratorio.htm. Acesso em: 25 de junho de 2024.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Santo do Dia**, 13 de março de 1971.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Sou católico: posso ser contra a reforma agrária?**. São Paulo: Vera Cruz, 1981.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **SEFAC**, 27 de outubro de 1965. Pastoral Popular. Volume 34, nº1, 1984.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A reforma agrária socialista e confiscatória: a propriedade privada e a livre-iniciativa no tufão agroreformista**. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1985.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Projeto de constituição angustia o país**. São Paulo: Artpress, 1988.

PAULA, Christiane Jalles de. **O bom combate: Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953-1976)**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PICINATTO, Thales Luiz Valduga; ANDRADE, Solange Ramos de. Plínio Corrêa de Oliveira e a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade: posicionamento anticomunista na “Revista Catolicismo” entre 1951 e 1970. In: **I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e das Religiosidades**, 2007, Maringá. Anais do I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e das Religiosidades, 2007.

PASTORAL POPULAR, nº 1, 1984

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 4.341**, de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm. Acesso em: 25 de junho de 2024.

RIO DE JANEIRO. **Relatório Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Tese (Doutorado em História). setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 253 p., 2014.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Notícias sobre o titular**. Caixa 374, pasta 1. 1964-1965.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Informe nº 39461**, 18 de junho de 1971.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Ministério da Justiça. Agosto de 1975. **Informe nº 227/19/ac 75**.

SOUZA, Glauco Costa de. **Conflitos teológicos e Políticos da Igreja católica no Brasil presente nos artigos das revistas Hora Presente e Permanência (1968-1974)**. Assis, 2012.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)**. Passo Fundo: Méritos, 2012.